

PARECER HOMOLOGADO

Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 14/10/2016, Seção 1, Pág. 17.

Portaria nº 1.167, publicada no D.O.U. de 14/10/2016, Seção 1, Pág. 17.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADA: Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba		UF: SP
ASSUNTO: Recredenciamento da Faculdade Santa Cecília, com sede no município de Pindamonhangaba, no estado de São Paulo.		
RELATOR: Luiz Roberto Liza Curi		
e-MEC Nº: 201206186		
PARECER CNE/CES Nº: 349/2015	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 2/9/2015

I – RELATÓRIO

Trata o processo nº 201206186, protocolado em 10 de agosto de 2012, de recredenciamento da Faculdade Santa Cecília, situada na Praça Barão do Rio Branco, nº 59, bairro Centro, no município de Pindamonhangaba, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba.

a) Histórico

A Faculdade Santa Cecília, credenciada pelo Decreto nº 75.503, de 18/3/1975, publicada no DOU de 19/3/1975, é mantida pela Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba, inscrito no CNPJ sob o nº 45.226.263/0001-51, registrada no cartório de Registro Público da Comarca de Pindamonhangaba, sob o nº 13, fls. 13, do Livro “A-nº1”, com sede e foro no município de Pindamonhangaba, no estado de São Paulo. A IES está situada na Praça Barão do Rio Branco, nº 59, bairro Centro, no município de Pindamonhangaba, no estado de São Paulo. Conforme informações disponibilizadas no e-MEC, consultadas em 25/06/2015, a IES não apresenta IGC e oferta cinco cursos.

b) Processo Avaliativo

O recredenciamento foi submetido às análises técnicas dos documentos apresentados: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Regimento, documentos fiscais, parafiscais, contábeis e ato constitutivo da mantenedora, e conclui-se pelo atendimento satisfatório das exigências de instrução processual, estabelecidas para a fase de análise documental pelo Decreto nº 5.773/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.303/2007 e pela Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

Foram atribuídos os seguintes conceitos aos eixos avaliados:

Eixos	Conceitos
1. Planejamento e Avaliação Institucional	3,2
2. Desenvolvimento Institucional	3,4
3. Políticas Acadêmicas	3,9
4. Políticas de Gestão	4,0
5: Infraestrutura Física	3,6
CONCEITO INSTITUCIONAL	4

A seguir são transcritas as sínteses elaboradas pela Comissão de Avaliação *in loco* para corroborar a atribuição dos conceitos.

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

- 1.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). A demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como suficiente em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. O relatório postado pela FASC contém propostas que possibilitam o direcionamento para criação de novos cursos, proposta para início de um programa de pós graduação, estudo para implantação de programa de Monitoria, proposta de extensão buscando cumprir seu papel quanto a responsabilidade social e de gestão para com o município. Demonstra inclusive fragilidade quanto ao meio que buscam através de propostas de medidas saneadoras desenvolver projetos que possibilitem sanar este segmento.*
- 1.2. Projeto/processo de autoavaliação institucional. O projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto e implantado atendendo de maneira suficiente às necessidades institucionais como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional. Pode-se perceber a coesão na reunião com os membros da CPA e os objetivos propostos no PDI e nas ações tomadas pela IES.*
- 1.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). O processo de autoavaliação está previsto e implantado, com participação suficiente da comunidade acadêmica. Durante a visita percebeu-se que a IES faz a sensibilização aos alunos e comunidade onde o discente, docente e técnico administrativo fazem parte do contexto, além do contato com a sociedade cível e acompanhamento aos egressos percebe-se a utilização dos dados avaliativos nos projetos e adequações desenvolvidas pela Faculdade.*
- 1.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). A divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas e implantadas ocorre, de maneira muito boa, para a comunidade acadêmica. Dois diretores estão envolvidos com rádio difusão que facilita o contato com os alunos e comunidade, possuem ainda o site, jornal, mural e informativos para a divulgação sensibilização e demonstração dos resultados.*
- 1.5. Elaboração do relatório de autoavaliação (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). O relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma suficiente para subsidiar planejamento e ações. Percebe-se que a IES está passando por uma reestruturação e criação de novos cursos inclusive uma nova formação da CPA no que tange a seus membros e na maneira de apresentar o relatório de avaliação.*

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

- 2.1. Missão institucional, metas e objetivos do PDI. As metas e objetivos do PDI previstos implantados estão articulados, de maneira suficiente, com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional. A IES dentro do seu PDI possui uma planilha de projeção que vem cumprindo suficientemente bem como os objetivos propostos estando em consonância com o descrito no PDI.*
- 2.2. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação. Durante a visita in loco a IES apresentou os projetos de graduação e pós graduação propostos pela mesma padronizado conforme objetivos e missão da Faculdade demonstrando coerência suficiente entre o PDI no que tange ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas e implantadas.*
- 2.3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão. Há coerência excelente entre o PDI e as práticas de extensão previstas e implantadas. Durante o período do ciclo avaliativo que a IES já cumpriu possui aproximadamente 50 eventos de extensão desenvolvido pela Faculdade nos diversos segmentos: cultural, artístico, em memória do patrimônio histórico, esportivo, gestão financeira e etc.*
- 2.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. Durante a visita constatou-se que a IES vem passando por uma reformulação nos últimos dois anos com a mudança de manutenção e novo proposta. Apesar de ser faculdade pode constatar atitudes sendo tomadas de forma a suficiente entre o PDI e as atividades previstas implantadas de iniciação científica, tecnológica, artística e cultural onde o forte da IES são os cursos na área de música e educação artística.*
- 2.5. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural. As ações institucionais estão muito bem previstas, implantadas e coerentes com o PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural buscando um grande envolvimento com a sociedade.*
- 2.6. Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social. A IES busca junto a prefeitura e demais órgãos públicos desenvolver ações que contemplam o desenvolvimento econômico e social, de maneira suficiente, conforme proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana e local, melhoria das condições/qualidade de vida da população através de projetos e ações de inovação social.*
- 2.7. Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social. Como a IES está passando por uma transformação e a atual direção está desenvolvendo um novo trabalho buscando coerência suficiente entre o PDI e as ações de inclusão social previstas e que já estão implantadas percebe-se com a vinda de novos cursos propostos a tendência de ampliação destas ações atingindo outras áreas propostas pelo numero de projetos encontrados no atual momento desta transformação.*
- 2.8. Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial. Há coerência suficiente entre o PDI e as*

ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas e implantadas pela IES, alguns projetos demonstrados comprova ações desenvolvidas com registros e divulgação destas realizações.

2.9. *Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI) – NSA*

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

3.1. *Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação. As ações acadêmico-administrativas implantadas estão relacionadas, de maneira suficiente, com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, atualização de material didático pedagógico, sistemática de oferta de componentes curriculares na modalidade semi-presencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.*

3.2. *Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu (aplica-se também às Faculdades e Centros Universitários, quando previstos no PDI) – NSA.*

3.3. *Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu (aplica-se quando previsto no PDI) – NSA.*

3.4. *Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. As ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica e tecnológica, artística e cultural estão implantadas de maneira suficiente, em conformidade com as políticas estabelecidas através da realização de ações e projetos de extensão desenvolvidos pela IES.*

3.5. *Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão. As ações acadêmico-administrativas de extensão estão implantadas de maneira excelente, através dos projetos de extensão desenvolvidos pelos cursos da IES, cujos documentos (projetos, relatórios e registros) foram apresentados à comissão.*

3.6. *Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural. As ações são traduzidas nas seguintes políticas institucionais: apoio para a participação e apresentação de trabalhos; apoio para a criação de publicação on-line própria divulgados no youtube, na qual são divulgadas as produções dos alunos e dos docentes; realização de eventos próprios, internos, nos quais são divulgados os trabalhos de docentes e discentes da faculdade, nas semanas de cada curso. Também são realizados eventos no início de cada bimestre, logo após as avaliações que, além de divulgar os cursos, motivam os alunos em suas áreas de atuação.*

3.7. *Comunicação da IES com a comunidade externa. Os canais de comunicação externa estão implantados de maneira excelente, considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações, da divulgação dos cursos, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.*

3.8. *Comunicação da IES com a comunidade interna. Os canais de comunicação interna estão previstos e implantados, de maneira excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às*

informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

- 3.9. Programas de atendimento aos estudantes. Os programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, estão previstos de maneira suficiente.*
- 3.10. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente. Foram apresentados projetos, regulamentos e programas de apoio à participação em eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas). Foi confirmado pelos docentes, em reunião com os mesmos, quanto ao subsídio que a IES oferece para a participação em eventos. Um dos docentes recebe bolsa para o curso de pós-graduação, conforme documentação comprobatória apresentada. Mais de 50 projetos foram desenvolvidos pelos docentes e discentes junto à comunidade interna e externa.*
- 3.11. Política e ações de acompanhamento dos egressos. O plano de ação institucional previsto atende de maneira muito bem à política de acompanhamento dos egressos de acordo com o PDI, pág. 54. Os egressos tem participação ativa nos eventos internos e externos institucionais nas áreas de música e educação artística.*
- 3.12. Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico. As ações previstas e implantadas pela IES atendem muito bem à verificação do egresso em relação à sua atuação profissional, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor. Fato comprovado através da participação de egressos na CPA e também de eventos desenvolvidos pela IES onde egressos vem dar depoimentos e clinics e relatar suas experiencias principalmente na área de musicalidade os discentes atuais.*
- 3.13. Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI). As ações previstas e implantadas pela instituição, conforme proposto no PDI, contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira suficiente, durante a entrevista com os alunos ficou demonstrado através dos projetos a preocupação da instituição com a inovação tecnológica e propriedade intelectual onde buscam preparar o individuo para atuar como agente de inovação.*

Eixo 4: Políticas de Gestão

- 4.1. Política de formação e capacitação docente. Verificou-se que a política de formação e capacitação docente está implantada de maneira suficiente. Conforme está explícito no PDI há incentivo e auxílio à participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada) dos docentes; qualificação acadêmica docente e a divulgação das ações com os docentes.*
- 4.2. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.*

- 4.3. *Gestão institucional. Verificou-se que a gestão institucional está implantada de maneira muito boa para o funcionamento da instituição. Verificou-se que há autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada. Os critérios de indicação e recondução de seus membros estão definidos nos regimentos interno; as reuniões são regulares e estão registradas em atas.*
- 4.4. *Sistema de registro acadêmico. Verificou-se que o sistema de registro acadêmico implantado atende de maneira muito boa às necessidades institucionais e dos discentes. A secretaria se apresentou organizada, com agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.*
- 4.5. *Sustentabilidade financeira. Verificou-se que as fontes de recursos previstas e executadas atendem muito bem ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI. Os investimentos na infraestrutura, pagamento em dia dos docentes e técnicos e projetos futuros comprovam essa sustentabilidade.*
- 4.6. *Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional. Verificou-se que o planejamento financeiro, isto é, o orçamento com as respectivas dotações e rubricas previsto e executado está muito bem relacionado com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.*
- 4.7. *Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). Verificou-se que a gestão do corpo docente é muito boa em relação ao plano de carreira homologado e implantado, conforme descrito no PDI e o relatado nas reuniões realizadas.*
- 4.8. *Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica). Verificou-se que a gestão do corpo técnico-administrativo é muito boa em relação ao plano de carreira homologado e implantado, conforme descrito no PDI e o relatado em reunião com esse segmento.*

Eixo 5: Infraestrutura Física

- 5.1. *Instalações administrativas. As instalações administrativas existentes atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.*
- 5.2. *Salas de aula. A IES atende muito bem ao quesito quanto às necessidades institucionais, considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensões, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.*
- 5.3. *Auditório(s). O auditório existente atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.*
- 5.4. *Sala(s) de professores. A sala de professores existente atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação,*

- acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.*
- 5.5. *Espaços para atendimento aos alunos. Os espaços existentes destinados ao atendimento aos alunos atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.*
- 5.6. *Infraestrutura para CPA. A infraestrutura destinada à CPA atende muito bem às necessidades institucionais.*
- 5.7. *Gabinetes/estações de trabalho para professores Tempo Integral – TI. A IES apresentou uma sala de trabalho para os docentes de TI com duas mesas e dois computadores com acesso à internet. Além deste espaço, a sala de professores também pode ser utilizada para este propósito. Deste modo, o espaço destinado ao trabalho para docentes de TI atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.*
- 5.8. *Instalações sanitárias. As instalações sanitárias existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.*
- 5.9. *Biblioteca: infraestrutura física. A infraestrutura física da biblioteca atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física. Cumpre ressaltar três aspectos: 1) o espaço físico destinado ao acervo é pequeno e dificulta a circulação da funcionária entre as prateleiras contudo, foi apresentado à esta comissão o plano de expansão da biblioteca; 2) a funcionária responsável pela biblioteca não possui graduação em Biblioteconomia mas em História (o currículo foi apresentado a esta comissão); 3) o horário de trabalho da funcionária responsável pela biblioteca é das 09:00 às 18:00, e o funcionamento da IES é das 15:00 às 22:00, de acordo com informações da direção. Ressaltamos que tanto a bibliografia básica quanto a complementar atende as necessidades dos cursos existentes.*
- 5.10. *Biblioteca: serviços e informatização . Os serviços da biblioteca atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta e reserva), informatização do acervo, banco de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento. Cumpre ressaltar alguns aspectos: 1) a bibliotecária não tem graduação em biblioteconomia; 2) consultas podem ser feitas de qualquer terminal eletrônico mas não é possível fazer reserva; 3) empréstimos pode ser feitos in loco; 4) os horários de funcionamento da biblioteca é das 09:00 - 12:00, 13:00 às 17:00 e 18:00 - 21:00; 5) o acervo é informatizado;*
- 5.11. *Biblioteca: plano de atualização do acervo. O plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende muito bem às necessidades*

institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência do PDI e alocação de recursos.

- 5.12. *Salas(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente. A IES dispõe de um laboratório de informática com trinta máquinas com acesso à Internet. Além disso, a IES apresentou à comissão 20 notebooks da marca positivo para utilização em sala de aula ou demais espaços institucionais. Cumpre ressaltar que estas máquinas (notebooks) não estão tombadas. Portanto, a infraestrutura de informática existente atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à internet, atualização de software, acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços e plano de atualização. Quanto ao suporte, este é terceirizado.*
- 5.13. *Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação. Os recursos de tecnologia da informação e comunicação atendem de maneira suficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.*
- 5.14. *Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física. A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira suficiente às necessidades, institucionais em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.*
- 5.15. *Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços. Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.*
- 5.16. *Espaços de convivência e de alimentação. Os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.*

Requisitos legais

Foram atendidos todos os requisitos legais

III – Análise e Conclusão da SERES Considerações da SERES

Após o término do processo avaliativo, inclusive as etapas referentes a recursos ou impugnações, o processo foi remetido à SERES que indicou a seguintes análise e conclusão:

A IES obteve Conceito Institucional 4 (quatro), tendo sido atribuído conceito satisfatório a todas as Dimensões do SINAES. Além disso, a Faculdade Santa Cecília atende a todos os requisitos legais presentes no Instrumento Institucional de Avaliação. Contudo, não foi apresentada certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união válida. Sendo assim, solicita-se que a IES atualize a referida certidão até a finalização do processo.

Tendo em vista não constarem ressalvas no relatório de avaliação in loco, recomenda-se o recredenciamento da Faculdade Santa Cecília, mantida

pela Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba, ambas com sede na Praça Barão do Rio Branco, 59, Centro, Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, encaminhando-se o presente processo ao Conselho Nacional de Educação.

c) Análise do Relator

Trata-se de credenciamento cujo processo avaliativo considerou boas as condições institucionais da IES. Não há o que questionar em relação à análise da avaliação.

Deve-se, também, destacar que foi utilizado o novo instrumento de avaliação institucional, debatido, analisado, submetido à audiência pública, relatado e deliberado pela CES, a partir do trabalho técnico e de comitês de análise, conduzidos pelo Inep, além de apreciação pela Conaes.

Nesse novo modelo ficou patente que as etapas mais decisivas, além das que elencam novos indicadores institucionais, quais sejam o relato institucional e da autoavaliação foram apreciados e identificados como suficientes.

Cabe, no entanto, uma observação em relação ao sumarismo da apresentação da avaliação, nesse particular, e a ausência de quaisquer indicações ou proposições que expressem estímulo do processo avaliativo à IES.

II – VOTO DO RELATOR

Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Santa Cecília, com sede na Praça Barão do Rio Branco, nº 59, bairro Centro, no município de Pindamonhangaba, no estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba, com sede no mesmo endereço, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Brasília (DF), 2 de setembro de 2015.

Conselheiro Luiz Roberto Liza Curi – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 2 de setembro de 2015.

Conselheiro Erasto Fortes Mendonça – Presidente

Conselheiro Sérgio Roberto Kieling Franco – Vice-Presidente